

Pragya Prasun vs. União da Índia — O Supremo Tribunal Indiano Torna o Acesso Digital um Direito Fundamental e Ordena o e-KYC Acessível

Digital Inclusion · Boa prática · Índia

Pontuação de qualidade: 92/100

Força da evidência: Descritivo / autorreportado

Sumário

Em 30/4/2025, o Supremo Tribunal da Índia decidiu que o acesso digital é intrínseco ao direito à vida do Artigo 21, e ordenou ao RBI que permitisse a cegos e sobreviventes de ataques com ácido concluir o e-KYC por impressão digital em vez do teste de piscar de olhos.

Dimensões-chave

Dimensão	Pontuação
Innovation level	3/5
Sustainability (ongoing)	1/1
Evaluation evidence	1/1
Demonstrated reach	1/1
Documented learning	1/1

Avaliado por C-NAPSE

Fontes de dados

[C-NAPSE web research](#) — acedido a 2026-09-22

[Supreme Court of India / Reserve Bank of India](#) — acedido a 2026-09-22

[LiveLaw — Right To Digital Access Part Of Article 21](#) — acedido a 2026-09-22

[Vinod Kothari Consultants — Supreme Court Mandates Digital Accessibility: Action Points for Banks and NBFCs](#) — acedido a 2026-09-22

Citar — Evidoria. *Pragya Prasun vs. União da Índia — O Supremo Tribunal Indiano Torna o Acesso Digital um Direito Fundamental e Ordena o e-KYC Acessível*. ID persistente: 199c91d8-886d-4a72-adb5-10550589b0b3.